

**Intervenção da Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
na abertura do XII Congresso da Associação Sindical dos Juizes Portugueses**

16 de março de 2023

Permitam-me, antes de mais, que felicite a Associação Sindical dos Juizes Portugueses pela organização do seu XII Congresso nesta belíssima ilha, que nos acolhe com a claridade e a frescura da sua brisa marítima, dando luz e suavidade aos tempos sombrios que vivemos, escurecidos por nuvens carregadas de angústia trazidas por catástrofes e conflitos que pulverizam o mundo, em particular por uma inusitada guerra desencadeada pela invasão e agressão militar de um Estado soberano da Europa, reveladora de um profundo desprezo por direitos, princípios e valores que dávamos por garantidos na Europa do século XXI.

Uma Europa que se confronta hoje, de novo, com fundamentalismos ideológicos e religiosos e com retóricas xenófobas, populistas, nacionalistas e autocráticas, que vão desencadeando retrocessos a nível de direitos humanos e de direitos fundamentais, que enfraquecem a resposta da comunidade internacional à sua violação em massa – como as que atingem refugiados e migrantes – e que facilmente nos podem conduzir, não só enquanto cidadãos, mas também enquanto juizes, a confortáveis zonas de apatia e indiferença.

Ainda que seja escusado salientar, perante este auditório, o papel crucial dos juizes na defesa da integridade e dignidade da pessoa humana, na proteção dos direitos humanos e na defesa de direitos e liberdades fundamentais, nunca será demais enfatizar o quanto isso os onera com o dever de desenvolverem uma profunda consciência crítica e social e de reagirem contra a apatia e a indiferença nas vestes de guardiães de direitos e valores essenciais para uma sociedade mais justa e humana, mais solidária e inclusiva.

O que os desafia a manterem-se preparados para enfrentar múltiplas e dramáticas realidades, entre as quais não posso deixar de destacar os atuais fenómenos migratórios para a Europa, que nos trazem novos problemas e litígios, de especial impacto nos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal, e tantos outros fenómenos que nos obrigam a ponderar a proteção judicial de grupos sociais historicamente excluídos do processo de

garantia dos direitos básicos – por questões de origem, etnia, género e orientação sexual – e de grupos em situação de vulnerabilidade social.

E num momento em que o país e a Europa se defrontam com os efeitos económicos e sociais de múltiplas crises – sanitárias, energéticas, climáticas e ambientais – torna-se particularmente importante o desafio que se coloca aos juízes portugueses, enquanto juízes de um Estado de Direito que partilha os valores da democracia e dos direitos e liberdades fundamentais com os demais Estados-Membros da UE, de refletirem sobre o seu papel na proteção desses direitos e valores, cientes, como têm de estar, de que jamais os deverão considerar como um dado garantido e que a sua subsistência depende, em boa medida, de uma magistratura eficaz na resposta aos desafios e apelos do seu tempo.

O que não deixa de representar um desafio ingrato, tão acelerado é o presente e carregado de incertezas o futuro, que interpela a múltiplos exercícios de análise e ponderação e aos quais os juízes não devem juntar nada que não seja **lucidez e coragem com realismo**.

Lucidez, desde logo, para pensar de forma informada e crítica, sem preconceitos e outras certezas confortáveis, numa sociedade em que abundam notícias falsas, deturpadas ou descontextualizadas, que circulam por todos os canais de comunicação e redes sociais, induzindo a perceções superficiais e incompletas, provocando uma leitura condicionada, senão mesmo manipulada, da realidade e que, não raro, traduzem formas de tentar condicionar ou influenciar os magistrados nas suas decisões judiciais.

O que implica coragem com realismo para resistir a esses e outros tipos de pressão e uma determinação inquebrantável em afirmar e provar que **os juízes portugueses estão e estarão sempre aqui** como último reduto da defesa da legalidade e da normalidade democrática.

Lucidez, por outro lado, para antecipar o futuro numa era em que se temem novos tipos de ditaduras, como uma ditadura digital capaz de alterar radicalmente os regimes e a governação e atirar o ser humano para a irrelevância na sua quase totalidade, com o poder concentrado nas mãos de uma pequeníssima elite, como bem alerta Yuval Noah Harari no seu livro “*21 Lições para o Século XXI*”.

O que implica coragem com realismo para nunca abdicar de debater os perigos da aplicação da tecnologia e da inteligência artificial ao Direito e à Justiça, discutindo os

meios de assegurar o controlo jurisdicional de soluções e atos digitais, de garantir uma adequada articulação entre tecnologia, direitos humanos e direitos fundamentais, certificando que as soluções digitais adotadas são seguras e neutras e geram atos digitais compreensíveis, justos e não discriminatórios.

E, sobretudo, coragem para afirmar e provar que **os juízes portugueses estão e estarão sempre aqui** para garantir decisões humanizadas, justas e equilibradas, que exigem, além do mais, difíceis exercícios de ponderação entre privacidade, liberdade e segurança, de modo a nunca deixar desprotegidos direitos fundamentais.

Mas também lucidez para promover o aumento da capacidade de resposta do sistema judicial, enquanto motor para garantir a paz, o progresso e o desenvolvimento sustentável. O que implica coragem com realismo para encontrar pontos de equilíbrio entre justiça e celeridade e conceber soluções que permitam julgar com independência, isenção e qualidade, mas também em prazo razoável, porque disso depende, em boa medida, o futuro da nossa democracia.

E, finalmente, lucidez e coragem para realizar, com serenidade, discrição e independência, exercícios de vigilância sobre a vitalidade da nossa Democracia.

Uma vigilância que deve ser reforçada em contextos disfuncionais como aquele que a pandemia nos trouxe e que é indispensável intensificar em face de inquietantes tendências de erosão democrática que ocorrem já no seio de países da União Europeia, com fortes restrições e ingerências em direitos fundamentais individuais, sociais e difusos, que florescem no seio de crises económicas e sociais e prosperam com crises sanitárias, energéticas, climáticas e ambientais, incrementadas por retóricas populistas que se alimentam das deficiências e debilidades das instituições e dos níveis de incompetência e irresponsabilidade de alguns dos seus agentes.

O que eleva o nível de responsabilidade dos juízes, enquanto membros de órgãos de soberania e, por conseguinte, dotados de uma acrescida visibilidade e responsabilidade social, ética e moral, exponenciando a necessidade de uma magistratura íntegra, independente e eficiente, fortemente vinculada a deveres que exigem uma conduta irrepreensível, de modo a reforçarem a credibilidade e a confiança que diariamente têm de conquistar aos cidadãos em nome dos quais e para os quais administram a justiça.

A nossa capacidade de renovação do sistema judicial, de antecipação dos desafios e de prevenção e correção de erros e omissões, é essencial para evitar fenómenos de ceticismo e desconfiança sobre o poder judicial e constitui uma tarefa ingrata para todos. E quando digo todos incluo juízes, membros dos seus órgãos de governo e membros da sua associação sindical.

Porque, creiam, não há neste domínio monopólios do coração. Todos desejamos um poder judicial forte e credível nas suas instituições e um corpo de magistrados em que a sociedade possa confiar neste mundo dominado pelos três “I” – da Incerteza, Inquietude e Impermanência.

E é precisamente neste mundo dos três “I”, que é gratificante constatar que os juízes portugueses querem e vão discutir, durante três dias, os auspiciosos três “D” – da Democracia, dos Direitos e do Desenvolvimento –, em exercícios de reflexão e esforço de adaptação às exigências e expectativas democráticas, e onde não deve ser ignorado o debate sobre a resiliência do nosso sistema judicial, em particular, a resiliência dos tribunais administrativos e fiscais, situados numa área pulmão de um Estado de Direito Democrático.

É com esta perspetiva que louvo a escolha do tema-chave para este Congresso, de alargada abrangência e pertinência num ano em que se encontram já a decorrer as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e da nossa Democracia.

Mas este Congresso é também um momento de convívio, de confraternização e alegria, indispensável para renovar o ânimo e a coragem para enfrentar todos os desafios e para diluir tensões e crispações internas que só nos fragilizam e abrem a porta a ataques externos à nossa competência e integridade.

Estou segura que a magistratura judicial – da jurisdição comum e da jurisdição administrativa e fiscal – será mais forte se for coesa, determinada e solidária, unida em valores e ousada na ação.

Façamos com que se torne ainda mais forte com a realização deste Congresso, demonstrando que **os juízes portugueses estão e estarão sempre aqui** na defesa da Democracia, dos Direitos e do Desenvolvimento do país. É esse o legado que temos o dever de deixar às gerações futuras, em particular aos nossos filhos e netos.

E é este o apelo que vos deixo e que formulo não só como juíza e Presidente do Supremo Tribunal Administrativo e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, mas também como mulher, mãe e avó.

Bom trabalho! Bom convívio! Bom Congresso!